



Ensino & Pesquisa

Ensino & Pesquisa magazine is an interdisciplinary journal of the State University of Paraná (UNESPAR), Center for Humanities and Education. Its objective is to publish scientific articles focused on undergraduate and teacher education. Quadrennial Classification 2013-2016 - Teaching B1. (Preprints Policy-AUTHOREA Platform) ISSN: 2359-4381

A educação profissional técnica de nível médio na área da saúde no estado de São Paulo: algumas reflexões sobre as modalidades de oferta

Adriana Katia Corrêa, Professora Associada da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP/USP), Doutora em Enfermagem pela USP e Pós-Doutorado pela Faculdade de Educação da UNICAMP – SP, adricor@eerp.usp.br

André Elias Fidelis Feitosa, Docente do Colégio Universitário da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor convidado do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional em Saúde da EPSJV/Fiocruz – RJ, Doutor em Educação pela UFF, andrefeitosa@fiocruz@gmail.com

Maria Conceição Bernardo de Mello e Souza, Professora Aposentada EERP/USP. Doutora em Enfermagem pela Universidade de São Paulo, consouza@eerp.usp.br

Maria José Clapis, Professora Sênior da EERP/USP, Doutora em Enfermagem pela Universidade de São Paulo, maclapis@eerp.usp.br

Resumo: A educação profissional técnica de nível médio (EPTNM) é marcante na área da saúde, dado o contingente de trabalhadores técnicos. O objetivo deste estudo é caracterizar e analisar a EPTNM na área da saúde, considerando as modalidades de oferta no estado de São Paulo, de 2010 a 2015. Trata-se de estudo longitudinal, retrospectivo, fundamentado na perspectiva histórico-dialética, incluindo 24 cursos do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, com base em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) - MEC, de 2010 a 2015. Foi constatada a predominância da oferta e de matrículas na modalidade subsequente, tanto na esfera pública como na privada, com predomínio nessa última. A oferta de cursos na modalidade integrada ampliou na esfera pública. Apesar de a modalidade subsequente ser predominante tanto no estado de São Paulo como no Brasil, a proporção da sua oferta foi sempre maior no referido estado. Esse panorama precisa ser compreendido na sua relação com a formação integrada em perspectiva emancipadora e a formação focada no mercado, na especificidade da área da saúde, e no cenário das políticas educacionais pautadas nos ditames neoliberais, colocando em risco o projeto de formação a favor da saúde e da educação como bens públicos.

Palavras-chave: Educação profissional técnica de nível médio. Políticas educacionais, Curso técnico de saúde.

Secondary Vocational Education (SVE) in the Field of Health in the State of Sao Paulo: Reflections on the delivery modalities

Abstract: Secondary vocational education (SVE) is striking in the field of health, given the number of technical workers. The objective of this study is to characterize and analyze SVE in the field of health in the state of Sao Paulo, from 2010 to 2015, considering the delivery modalities. This is a longitudinal, retrospective study, substantiated by the historical-dialectical perspective and including 24 courses of the National Catalog of Technical Courses, based on the data from the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP – MEC), from 2010 to 2015. We verified the predominance of both the delivery and the enrollment in the subsequent delivery modality in the public sector as well as in the private, with the prevalence of the latter. The delivery of courses in the integrated modality expanded in the public

sector. Even though the subsequent modality is the prevalent modality both in the State of Sao Paulo and in the whole of Brazil, the proportion of its delivery was always higher in Sao Paulo. That panorama is to be reflected upon specifically in relation to the integrated emancipatory education and the market focused education, especially in the field of health and in the scenario of the educational policies guided by the neoliberal dictates, putting at risk the training project that favors health and education as public goods. **Keywords:** Secondary vocational education. Educational policies. Technical health courses.

Submissão: 2021-10-01. **Aprovação:** 2021-12-23. **Publicação:** 2022-04-30.

Introdução

Os direcionamentos das políticas educacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) estão contextualizados em cenário no qual se fortalece o ideário neoliberal presente no Brasil desde os anos 1990. Entende-se, neste texto, a partir de Neves (2007) que esse ideário imprime, nas políticas educacionais, a finalidade de conformar as gerações futuras às mudanças qualitativas que vão se processando nas relações sociais da produção capitalista, em esfera mundial. Essas mudanças se relacionam, no vértice técnico, ao desenvolvimento de competências, em cenário que mantém a posição subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho, e no vértice ético-político, à educação da classe trabalhadora no sentido de aceitar e mesmo desejar aspectos como as relações de trabalho flexíveis e a restrição na participação política, dentre outros.

Este estudo centra seus dados em período histórico anterior à atual contrarreforma do ensino médio, iniciada com a Medida Provisória nº 746 (BRASIL, 2016a), mas guarda relações com as modalidades de oferta da EPTNM (BRASIL, 2008a)¹. Essas modalidades de oferta da EPTNM também têm relação com as finalidades que são postas que, no geral, demarcam as contradições entre referenciais epistemológicos e políticos diversos: a formação com foco para o mercado de trabalho e a formação humana, emancipadora.

A formação emancipadora compreende alguns aspectos fundamentais norteados por Frigotto (2001), dentre os quais se destacam: articulação a um projeto societário contra hegemônico, o que implica, dentre outros, crítica ao projeto dominante centrado na lógica

¹ A EPTNM é desenvolvida nas formas subsequente e articulada ao ensino médio. A forma subsequente destina-se aos que já concluíram o ensino médio. A forma articulada pode ser integrada ou concomitante ao ensino médio: integrada - destinada àqueles que já concluíram o ensino fundamental, com matrícula única na mesma instituição; concomitante - ofertada a quem ingresse ou esteja cursando o ensino médio, com matrículas distintas para cada curso, na mesma instituição ou em instituições distintas e, ainda, em instituições distintas, por meio de convênios de intercomplementaridade, visando desenvolver um projeto pedagógico unificado. A educação de jovens e adultos (EJA) deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional (BRASIL, 2008).

de mercado e a valorização da igualdade e solidariedade entre os seres humanos e formação técnico-profissional articulada à educação básica e à dimensão ético-política.

A perspectiva de formação integrada ou *do ensino médio integrado ao ensino técnico* representa a defesa de que a educação geral seja inseparável da educação profissional, como uma possibilidade de superação da dicotomia entre trabalho manual e intelectual, tendo o trabalho como princípio educativo (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012).

Considerando o número de matrículas dos diversos eixos que compõem o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), o eixo Ambiente e Saúde, em 2019, representou o maior percentual de matrículas (29,35%) (BRASIL, 2020). Os trabalhadores técnicos compõem o maior contingente da equipe de saúde, ou seja, a sua atuação é essencial, tendo em vista as necessidades de saúde da população e as prerrogativas do Sistema Único de Saúde (SUS). Apesar dessa presença essencial no processo de trabalho em saúde, historicamente, a formação desses trabalhadores tem a oferta centrada no setor privado. Diferentemente da formação técnica voltada para a indústria que, já na década de 1940, era objeto de políticas educacionais específicas, a ênfase na formação técnica em saúde, no Brasil, só se pronuncia nos anos 1980, com o Projeto Larga Escala² (VIEIRA *et al*, 2013). Esse panorama mostra a contradição: a formação predominante pelo setor privado e a necessidade de fortalecimento do SUS como política pública de saúde.

Este estudo centra-se no estado de São Paulo reconhecido como importante polo econômico³, onde as reformas educacionais regidas pelo neoliberalismo se materializaram desde os anos 1990, sob os ditames de organismos internacionais. Nos anos 2000, é dado seguimento à implantação do ideário gerencialista na gestão pública no campo educacional, destacando-se, na concepção das políticas públicas, a participação do setor empresarial. Essa participação foi consolidada no Programa “Educação – Compromisso de São Paulo”, pautado no discurso da “melhoria da qualidade da educação” com base nas características da empresa privada, voltada à gestão com foco em resultados (MESKO, SILVA; PIOLLI, 2016).

² Projeto Larga Escala: firmado por Acordo entre Ministérios da Saúde (MS), da Previdência e Assistência Social (MPAS), Educação (MEC) e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), com foco na formação dos atendentes de enfermagem que até então atuavam sem qualquer formação específica, inclusive, alguns sem ensino fundamental completo.

³ O estado de São Paulo destaca-se como o maior polo econômico e industrial do hemisfério Sul, o maior centro de negócios da América Latina e principal centro financeiro do país (www.saopauloglobal.sp.gov.br).

Ensino & Pesquisa, União da Vitória, v. 20, n.1, p. 58-72, jan./abr., 2022.

O objetivo deste estudo é caracterizar e analisar a educação profissional técnica de nível médio na área da saúde, considerando as modalidades de oferta no estado de São Paulo, de 2010 a 2015.

Metodologia

É um estudo longitudinal, retrospectivo. Este artigo faz parte da segunda etapa do estudo multicêntrico “Formação de Trabalhadores Técnicos em Saúde na Região das Américas”, coordenado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ/RJ, voltada à caracterização dos cursos técnicos ofertados. Etapa essa que se sucedeu à fase de pesquisa documental sobre a EPTNM em saúde. Foram incluídos 24 do total de 28 cursos do eixo “Ambiente e Saúde” do CNCT, em sua terceira edição (BRASIL, 2016b). Foram excluídos: Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Controle Ambiental, Técnico em Meteorologia e Reciclagem.

Foram utilizadas as bases de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação – Censo Escolar - dos anos de 2010 a 2015, para a coleta de dados dos cursos incluídos neste estudo. Os dados foram sistematizados por meio de medidas descritivas, apresentadas em tabelas de frequência e analisados a partir de perspectiva teórica que apreende a EPTNM em suas relações com a totalidade social mais ampla. Para que o pensamento:

possa progredir do abstrato ao concreto, tem de mover-se no seu próprio elemento, isto é, no plano abstrato, que é negação da imediatez, da evidência e da concreticidade sensível. A ascensão do abstrato ao concreto é um movimento para o qual todo início é abstrato e cuja dialética consiste na superação desta abstratividade (...) Isso implica movimento da parte para o todo e do todo para a parte (...) da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade (...) O processo de pensamento não se limita a transformar o todo caótico das representações no todo transparente dos conceitos; no curso do processo o próprio todo é concomitantemente delineado, determinado e compreendido (KOSIC, 1976, p.30).

Resultados e discussões

Dentre os 24 cursos indicados no CNCT vigente no momento de coleta de dados, no eixo ambiente e saúde, e incorporados neste estudo (BRASIL, 2016), foram ofertados 23 cursos no estado de São Paulo, excetuando-se o de necropsia. O número total de cursos ofertados assim se distribuiu: em 2010, 1068 cursos; em 2011, 1058; em 2012, 944; em

Ensino & Pesquisa, União da Vitória, v. 20, n.1, p. 58-72, jan./abr., 2022.

2013, 934; em 2014, 1.104 e em, 2015, 1.139. Portanto, comparando 2010 e 2015, houve aumento de 6,6% na oferta.

A Tabela 1 mostra o número de cursos segundo as modalidades de oferta: integrada, concomitante, subsequente, EJA presencial integrado e EJA semipresencial integrado. Em todos os anos, predominou a modalidade de oferta subsequente, atingindo 94,5% em 2013. Apesar de pequenas oscilações, houve aumento da oferta de 7,8%, comparando dados de 2010 e 2015. As modalidades integrada e concomitante foram bem menos expressivas. A modalidade integrada teve maior oferta, em 2015, equivalendo a 4,6% e a concomitante em 2010, com 7,1%. A oferta de cursos na modalidade integrada ampliou, de 2010 para 2015, em 136,3%. tendo oferta superior à concomitante em 2014 e 2015. No estado, a oferta de EJA foi mínima.

A ampliação da oferta integrada pode ter relação com o desenvolvimento de programas voltados à EPTNM, especificamente no âmbito do estado de São Paulo: Programa Rede Ensino Médio Técnico – RETEC (SÃO PAULO, 2011a), que passa a ser substituído pelo VENCE⁴, em 2012. Ambos visaram possibilitar o acesso de estudantes do ensino médio da rede estadual à educação profissional técnica, tendo em vista ampliar a oferta nas modalidades concomitante e integrada⁵. Esses programas fizeram parte do “Programa Educação - Compromisso de São Paulo” da Secretaria da Educação (SÃO PAULO, 2011b).

A Tabela 2, a seguir, aponta dados gerais que englobam todos os cursos técnicos do estado de São Paulo e do Brasil distribuídos nas modalidades de oferta no período em estudo. Em termos comparativos, apesar da modalidade subsequente ser predominante tanto no estado de São Paulo como no Brasil, a proporção da oferta de cursos subsequentes foi sempre maior no estado. Destacam-se os seguintes dados: enquanto no estado de São Paulo a maior proporção de oferta de cursos nessa modalidade foi de 94,5% em 2013 (Brasil 70,7%), no Brasil, a maior proporção foi de 75,5% em 2012 (São Paulo 93,9%).

⁴ Rede e Vence: inseridos no Programa Educação - Compromisso de São Paulo (Decreto nº 57.571, de 2 de dezembro de 2011) da Secretaria da Educação, com o objetivo de inserir estudantes do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), matriculados nas escolas da rede estadual em curso técnico gratuito, nas modalidades integrada e concomitante, em escolas da rede pública e privada sem e com fins lucrativos.

⁵ Programas da Secretaria da Educação em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, além das instituições de ensino técnico, incluindo escolas da rede privada.

Tabela 1 – Número de cursos técnicos selecionados no eixo ambiente e saúde, segundo o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT), por modalidade e ano de oferta, São Paulo, 2010-2015

Modalidade de Oferta	2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Integrado	22	2,1%	8	0,7%	23	2,4%	22	2,4%	47	4,3%	52	4,6%
Concomitante	76	7,1%	62	5,9%	35	3,7%	29	3,1%	35	3,2%	41	3,6%
Subsequente	970	90,8%	988	93,4%	886	93,9%	883	94,5%	1017	92,1%	1046	91,8%
EJA												
presencial	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	5	0,4%	0	0,0%
Integrado												
EJA												
semipresencial	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Integrado												

Fonte: INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar>. Acesso em: jul. 2017.

Enquanto no estado de São Paulo, em 2010, os cursos na modalidade integrada representaram 2,1% da oferta, no Brasil, chegaram a 19%. No estado de São Paulo, a maior oferta nessa modalidade foi de 4,6%, em 2015. Os dados do Brasil podem ter relação com a expansão da rede federal, no governo do Presidente Lula (BRASIL, 2008b). Essa situação é totalmente diversa da especificidade do estado de São Paulo que não tem oferta de cursos da área da saúde na rede federal, havendo mais foco no setor industrial.

Quanto à modalidade concomitante, o Brasil apresentou porcentagem de oferta superior em todos os anos, sendo a maior porcentagem de oferta 11,5% em 2015 e, no estado de São Paulo, foi de 7,1% em 2010. As modalidades EJA presencial e EJA semipresencial são pouco expressivas no âmbito do estado e do país.

Tendo em vista a participação do estado de São Paulo, no que se refere à oferta de cursos técnicos nas distintas modalidades de oferta, em relação ao total do Brasil, de 2010 a 2015, algumas observações podem ser feitas. O estado em questão ofertou cursos subsequentes entre 43,6 % (2010) a 32,47% (2015) do total de cursos nessa modalidade no país. Em relação à modalidade integrada, essa oferta, no estado de São Paulo, em relação ao Brasil, variou de 1,9% (2011) a 8,4% (2014). A oferta concomitante, comparando 2010 e 2015, apresentou decréscimo de 20,7% (2010) a 7,3% (2014), ou seja, em 2010, o número de cursos nessa modalidade no estado de São Paulo foi equivalente a 20,7% do total do Brasil e, em 2014, passou a equivaler a 8,4%. Destaca-se o percentual de participação desse estado na modalidade de oferta subsequente no Brasil.

Cabe discutir, com mais ênfase, o contexto referente ao predomínio da oferta de cursos subsequentes. A problemática de assegurar a oferta da modalidade integrada, nas políticas de formação para a EPTNM, vem sendo amplamente discutida, na defesa de *Ensino & Pesquisa, União da Vitória*, v. 20, n.1, p. 58-72, jan./abr., 2022.

extrapolar o âmbito estritamente técnico, indo na direção da articulação formação geral-formação profissional, na perspectiva emancipadora. Trata-se, pois de questionar a lógica de restringir a formação dos trabalhadores ao necessário apenas à sua atuação no setor produtivo (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012).

Tabela 2 - Número de cursos técnicos selecionados no eixo ambiente e saúde, segundo o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT), por modalidade e ano de oferta, no estado de São Paulo e no Brasil, 2010-2015

Ano	Modalidade de Oferta	Total São Paulo		Total Brasil	
		N	%	N	%
2010	Integrado	22	2,1%	625	19,0%
	Concomitante	76	7,1%	366	11,1%
	Subsequente	970	90,8%	2.223	67,4%
	EJA presencial Integrado	0	0,0%	80	2,4%
	EJA semipresencial Integrado	0	0,0%	3	,1%
2011	Integrado	8	0,7%	409	13,1%
	Concomitante	62	5,9%	296	9,5%
	Subsequente	988	93,4%	2.352	75,4%
	EJA presencial Integrado	0	0,0%	62	2,0%
	EJA semipresencial Integrado	0	0,0%	0	0,0%
2012	Integrado	23	2,4%	473	14,4%
	Concomitante	35	3,7%	253	7,7%
	Subsequente	886	93,9%	2.483	75,5%
	EJA presencial Integrado	0	0,0%	76	2,3%
	EJA semipresencial Integrado	0	0,0%	3	,1%
2013	Integrado	22	2,4%	525	15,2%
	Concomitante	29	3,1%	370	10,7%
	Subsequente	883	94,5%	2.435	70,7%
	EJA presencial Integrado	0	0,0%	109	3,2%
	EJA semipresencial Integrado	0	0,0%	6	,2%
2014	Integrado	47	4,3%	557	13,1%
	Concomitante	35	3,2%	479	11,3%
	Subsequente	1.017	92,1%	3.080	72,6%
	EJA presencial Integrado	5	0,4%	120	2,8%
	EJA semipresencial Integrado	0	0,0%	10	,2%
2015	Integrado	52	4,6%	646	14,8%
	Concomitante	41	3,6%	504	11,5%
	Subsequente	1.046	91,8%	3.221	73,7%
	EJA presencial Integrado	0	0,0%	0	0,0%
	EJA semipresencial Integrado	0	0,0%	0	0,0%

Fonte: INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar>. Acesso em: jul. 2017.

Essa problemática, na sociedade capitalista, está enraizada desde as origens da organização da educação profissional, no Brasil, marcada pela dualidade estrutural (CUNHA, 2005) pela qual a escola indica caminhos diferenciados conforme a classe social. Mais recentemente, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº 9394/96 (BRASIL, 1996), a educação profissional foi considerada à parte da educação básica, sendo interrompida a possibilidade de oferta de cursos integrados ao ensino médio pelo Decreto nº 2.208/97 (BRASIL, 1997). Essa conformação legal vem responder às políticas internacionais de cunho economicista, voltadas à ampliação do capital. Após discussões e confrontos políticos, com participação de entidades da sociedade civil e de intelectuais, no governo Lula, o Decreto nº 2208/97 foi revogado, sendo substituído pelo Decreto nº 5.154/2004 (BRASIL, 2004) que retoma a possibilidade do ensino médio integrado, todavia, mantendo as demais possibilidades - concomitante e subsequente.

Considerando de modo geral a área da saúde, na sua diversidade de cursos e instituições ofertantes, os embates entre formação geral-formação profissional, provavelmente, não têm sido suficientemente discutidos, cabendo questionar se há certa naturalização do predomínio da oferta subsequente. A área da saúde teve investimentos em programas nacionais de formação dos trabalhadores técnicos, como o Projeto Larga Escala, e os programas PROFAE e o PROFAPS⁶, considerando que, historicamente, a atuação de trabalhadores sem qualquer formação profissional se fazia presente. Tais programas ofertaram cursos subsequentes para os trabalhadores já inseridos nos serviços de saúde e, com certeza, impulsionaram a manutenção dessa oferta em anos posteriores.

Na Tabela 3, a seguir, é possível apreender a relação entre a dependência administrativa e a modalidade de oferta dos cursos técnicos na área da saúde, no estado de São Paulo. Em relação à modalidade integrada, ao longo dos anos, ocorre uma inversão: nos anos iniciais, houve o predomínio da oferta de cursos nessa modalidade pela dependência administrativa privada, inclusive, com inexistência de oferta pública em 2010 e 2011; em 2012, a oferta pública, nessa modalidade, foi de 30,4% e, nos anos finais, a partir de 2013, a modalidade integrada esteve mais presente na instância pública, representando 72,7% em 2013 e 70,2% em 2014, chegando, em 2015, a 90,3%. Ou seja,

⁶ **PROFAE**: Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área da Enfermagem, criado pelo Ministério da Saúde, em 1999, sendo algumas de suas metas: qualificar como auxiliar cerca de 225 mil trabalhadores da enfermagem; promover a escolarização de 25% de trabalhadores que não tinham ensino fundamental completo. **PROFAPS**: Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde – implementado pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde/MS–SEGTS. Diretrizes de implementação na Portaria nº 3.189 de 18 de dezembro de 2009.

dos 52 cursos ofertados, em 2015, na modalidade integrada, 47 foram pela entidade administrativa pública. Provavelmente, essa mudança tenha relação com os programas estaduais já comentados, voltados à ampliação da oferta integrada, envolvendo, principalmente, as escolas do Centro Paula Souza, ampla rede estadual.

Quanto à modalidade concomitante, manteve-se, em todos os anos, o predomínio da oferta pela instância administrativa privada, apesar do aumento da oferta pública, comparando 2010 e 2015, de dois para nove cursos. As porcentagens de oferta de curso concomitante pela esfera privada, nos anos 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, foram respectivamente, de 97,3%, 96,8%, 88,6%, 72,4%, 77,1% e 78%.

É marcante a presença da modalidade subsequente, em todos os anos, tanto na esfera pública como na privada, porém com predominância dessa última. Em cada um dos anos, a porcentagem de oferta dessa modalidade pela entidade administrativa privada foi de: 91,1%, em 2010; 91,5%, em 2011; 89,8% em 2012; 89,7% em 2013; 92,6%, em 2014 e; 92,2% em 2015. A modalidade EJA presencial integrado também teve oferta maior pela esfera privada.

O predomínio da entidade administrativa privada associada ao predomínio das modalidades concomitante e subsequente pode mostrar que a formação técnica da área da saúde no estado de São Paulo, provavelmente, tem prejuízos no que se refere à formação ampla dos alunos que propicie associação entre educação geral e profissional, em perspectiva emancipadora. Há contradição entre a necessidade de formação que promova, de fato, a atuação compromissada dos trabalhadores com as necessidades sociais e com o fortalecimento do SUS, contribuindo para a garantia do direito à saúde da população brasileira, e a predominante oferta subsequente, com destaque na rede privada.

A intencionalidade da formação emancipadora, aqui compreendida como a finalidade das propostas de formação integrada, pode até ser materializada em curso com oferta subsequente, dada a história da formação dos trabalhadores técnicos em saúde. Contudo, nesse panorama da oferta predominante pelo setor privado, torna-se bastante duvidosa tal possibilidade com programas que também se abriram às parcerias com o setor privado.

A oferta pelo setor privado também tem sido incentivada pelo avanço das parcerias público-privadas, com transferência do recurso público. Lógica essa presente tanto em programa da área da saúde anteriormente desenvolvido como em programas realizados pelo estado, nos anos a que correspondem este estudo. Inclusive, Rede e Vence

foram apoiados por organizações e instituições de cunho empresarial, cabendo ressaltar que muitas dessas empresas fazem parte do “Todos pela Educação” (BRASIL, 2007)⁷. Mostra-se, assim, explícito o fortalecimento da política neoliberal, implicando em relações público-privadas em termos de uso dos recursos públicos pela esfera privada, bem como da capilarização de concepções e parâmetros fundamentados no ideário neoliberal nos projetos formativos da EPTNM.

A análise dessas complexas relações, na especificidade dos cursos técnicos da área da saúde, demanda outros estudos, tendo em vista as alterações nos princípios de regulação que envolvem Estado, mercado e comunidade, no cenário capitalista, bem como os mecanismos de mercado e *quase-mercado* nas interfaces entre o público e o privado (AFONSO, 2010).

Tabela 3 – Total de cursos técnicos selecionados no eixo ambiente e saúde, a partir do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT), segundo natureza jurídica, por modalidade de ensino, São Paulo, 2010-2015

Modalidade de Oferta	2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	Pub.	Priv.	Pub.	Priv.	Pub.	Priv.	Pub.	Priv.	Pub.	Priv.	Pub.	Priv.
Integrado	0	22	0	8	7	16	16	6	33	14	47	5
Concomitante	2	74	2	60	4	31	8	21	8	27	9	32
Subsequente	86	884	84	904	90	796	91	792	75	942	81	965
EJA												
presencial	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4	1	2
Integrado												
EJA												
semipresencial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Integrado												
Total	88	980	86	972	101	843	115	819	117	987	138	1004

Legenda: Pub. - Público; Priv. – Privado. Fonte: MEC/INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar>. Acesso em: jul. 2017.

Considerando o total de cursos técnicos envolvendo todos os eixos que constam no CNCT, apresentado na Tabela 4, a modalidade integrada ofertada pela esfera pública, nos anos de 2010 e 2011, apesar de não ser predominante, correspondem, respectivamente a 32,6% e 41,3%, situação diversa da área da saúde que não apresentou oferta. Em 2012, passou a representar 46,1%, proporcionalmente superior à área da saúde, no mesmo ano. Em 2013, 2014 e 2015, a oferta dessa modalidade, na esfera pública, chegou a

⁷ O “Todos pela Educação” prevê a implementação de programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica, em âmbito federal, em colaboração com municípios, Distrito Federal e estados, e com a participação das famílias, além de organizações sindicais e da sociedade civil, fundações, entidades de classe empresariais, igrejas e entidades confessionais, pessoas físicas e jurídicas, sendo lançado pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.

respectivamente, 62,4%, 69,9% e 78,8%, valores esses proporcionalmente inferiores aos apresentados na área da saúde.

A modalidade concomitante teve predomínio, em todos os anos, na esfera administrativa privada, com valores expressivos, todavia, proporcionalmente menores que aqueles a que se referem os dados da área da saúde descritos anteriormente, nos mesmos anos. Quanto à oferta de cursos na modalidade subsequente, ela ocorre também prioritariamente na esfera privada, contudo, em termos proporcionais, com valores menores em relação à área da saúde. Esses dados reafirmam a presença marcante da esfera privada, nas modalidades concomitante e subsequente na área da saúde no estado de São Paulo. Em relação ao EJA presencial integrado, ao contrário da área da saúde, há oferta em todos os anos, de 2010 a 2013, exclusivamente na esfera administrativa pública e, em 2014 e 2015, em ambas as instâncias administrativas, com predomínio da pública.

Tabela 4 - Total de cursos técnicos de educação profissional, segundo natureza jurídica, por modalidade de ensino, no estado de São Paulo, 2010-2015

Modalidade de Oferta	2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	Pub.	Priv.	Pub.	Priv.	Pub.	Priv.	Pub.	Priv.	Pub.	Priv.	Pub.	Priv.
Integrado	177	365	172	244	321	375	572	344	858	369	1151	310
Concomitante	80	521	58	511	88	366	117	254	154	268	146	248
Subsequente	409	2349	503	2307	535	2033	532	2023	504	2533	520	2499
EJA presencial Integrado	4	0	5	0	9	0	6	0	10	8	10	3
EJA semipresencial Integrado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	670	3235	738	3062	953	2774	1227	2621	1526	3178	1827	3060

Legenda: Pub. - Público; Priv. – Privado. Fonte: MEC/INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar>. Acesso em: jul. 2017.

Quanto às matrículas nos cursos técnicos da área da saúde (Tabela 5), conforme modalidade de oferta, no Estado de São Paulo, comparando 2010 e 2015, houve ampliação da oferta integrada e concomitante e diminuição da subsequente. De 2010 para 2015, o aumento no número de matrículas na modalidade integrada foi de 218% e na concomitante de 160%. Todavia, predominou a matrícula na modalidade subsequente. As modalidades integrada e concomitante, apesar desse aumento, em 2015, contaram com, respectivamente, 2,6% e 3,6% do total de matrículas do ano, e a modalidade subsequente com 93,8%. A modalidade subsequente alcançou 99,1% das matrículas em 2011. Houve

matrícula na modalidade EJA presencial apenas em 2014, não havendo matrículas na modalidade EJA semipresencial, seguindo os dados da oferta. Esses números relativos às matrículas vêm ao encontro dos pontos já comentados anteriormente quanto ao panorama da modalidade de oferta dos cursos técnicos da área da saúde no estado de São Paulo.

Tabela 5 - Distribuição do número de matrículas nos cursos técnicos selecionados no eixo ambiente e saúde, a partir do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT), segundo modalidade de oferta, São Paulo, 2010 a 2015

Ano	Modalidade de Oferta/Matrículas	Total	
		N	%
2010	Integrada	555	0,8
	Concomitante	943	1,3
	Subsequente	70.615	97,9
	EJA Presencial	0	0
	EJA Semipresencial	0	0
	Total	72.113	100
2011	Integrada	114	0,2
	Concomitante	482	0,7
	Subsequente	69.392	99,1
	EJA Presencial	0	0
	EJA Semipresencial	0	0
	Total	69.988	100
2012	Integrada	702	1,3
	Concomitante	724	1,4
	Subsequente	51.235	97,3
	EJA Presencial	0	0
	EJA Semipresencial	0	0
	Total	52.661	100
2013	Integrada	627	1,3
	Concomitante	998	2,0
	Subsequente	48.397	96,7
	EJA Presencial	0	0
	EJA Semipresencial	0	0
	Total	50.022	100
2014	Integrada	1.428	2,2
	Concomitante	1.840	2,9
	Subsequente	60.800	94,3
	EJA Presencial	372	0,6
	EJA Semipresencial	0	0
	Total	64.440	100
2015	Integrada	1.767	2,6
	Concomitante	2.451	3,6
	Subsequente	64.090	93,8
	EJA Presencial	0	0
	EJA Semipresencial	0	0
	Total	68.308	100

Fonte: INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar>. Acesso em: jul. 2017.

Considerações finais

Na EPTNM no campo da saúde, tanto no Brasil como no estado de São Paulo, predomina a modalidade de oferta subsequente. Neste estado, apreende-se que a oferta integrada, apesar de pequena, a partir de 2013, passa a ser maior na esfera pública, o que coincide com a indução de políticas públicas voltadas à ampliação da oferta nessa modalidade. No entanto, as modalidades concomitante e subsequente predominaram na instância privada, sendo que a última chega a atingir 92,6% da oferta, em 2014. Apesar do número de matrículas nas modalidades de oferta integrada e concomitante ter aumentado no período deste estudo, ainda assim, foi mantido o predomínio da matrícula nos cursos subsequentes, que representava, em 2015, 93,8%. Comparando os dados da área da saúde com os dados gerais de cursos técnicos ofertados no estado de São Paulo, é reafirmada a presença marcante da esfera privada, nas modalidades concomitante e subsequente na área da saúde.

Esse panorama das modalidades de oferta da EPTNM na área da saúde no estado de São Paulo, em particular a subsequente, precisa ser contextualizado a partir de especificidades históricas dessa área. Como, por exemplo, o desenvolvimento de programas de formação, a partir dos anos 2000, voltados para a qualificação de trabalhadores já inseridos nos serviços de saúde, desprovidos de formação específica e escolarização, dadas as fragilidades das políticas públicas com foco na formação técnica em saúde.

Ainda, esse panorama precisa ser contextualizado no cenário do estado de São Paulo marcado pelas políticas neoliberais que, no âmbito educacional, se traduzem pela lógica gerencialista, com foco em resultados; pelas parcerias público-privadas e; pela concepção da educação voltada à ampliação do capital, o que se contrapõe à lógica de fortalecimento da educação como bem público e à perspectiva de formação emancipadora.

À área da saúde será muito salutar refletir sobre as implicações entre as modalidades de oferta e as aproximações e os afastamentos à perspectiva de formação emancipadora, entendendo que a oferta integrada pode aproximá-la, na medida em que a cisão entre formação geral e formação profissional pode ser ultrapassada. Nesse sentido, a oferta concomitante e, principalmente, a subsequente, têm maiores possibilidades de afastá-la, já que a formação pode ficar restrita ao fazer profissional, especialmente, em

cenário prioritariamente privado. Essas reflexões serão ainda mais necessárias no momento atual no qual a contrarreforma do ensino médio indica, em suas legislações, a formação técnica como um dos itinerários do ensino médio, o que de modo algum significa formação integrada.

Está em disputa a formação para o mercado e a formação emancipadora que, na área da saúde, poderão ser traduzidas, dentre outros aspectos, à maior ou menor aderência a um projeto de formação a favor da saúde e da educação como bens públicos, do SUS e da dignidade humana.

Referências

AFONSO, A. J. Protagonismos instáveis dos princípios de regulação e interfaces público/privado em educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1137-1156, out.-dez. 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: DF, 1996

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: DF, 1997.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: DF, 2004

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Brasília. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília: DF, 2007

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília: DF, 2008a.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: DF, 2008b.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 2016.** Reformulação Ensino Médio. Brasília: DF, 2016a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.** 3ª Ed. Brasília: DF, 2016b.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP nº: 7/2020, 19 de maio de 2020.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília: DF, 2020.

CUNHA, L. A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo.** 2.ed. São Paulo/Brasília: UNESP/FLACSO, 2005.

FRIGOTTO, G. Educação e trabalho: bases para debater a educação emancipadora. **Revista Perspectiva,** Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./ jun. 2001.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** 3.ed., São Paulo: Cortez, 2012.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MESKO, A. S. R.; SILVA, A. V.; PIOLLI, E. A agenda educacional dos reformadores empresariais paulistas e seus efeitos no trabalho docente. **Políticas Educativas,** Santa Maria, v. 9, n. 2, p. 156-170, 2016.

NEVES, L. M. W. Breve século XXI: propostas educacionais em disputa. In: LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Liberalismo e educação em debate.** Campinas: Autores Associados, Histedbr, 2007. p.205-224.

SÃO PAULO. **Decreto nº 57.121, de 11 de julho de 2011.** Secretaria da Educação. Institui o Programa Rede de Ensino Médio Técnico - REDE, destinado a oferecer ensino médio articulado à educação profissional técnica de nível médio, nas modalidades integrada e concomitante, a alunos do ensino médio da rede pública estadual, São Paulo, SP, 2011a.

SÃO PAULO. **Decreto nº 57.571, de 2 dezembro 2011.** Institui, junto à Secretaria da Educação, o Programa Educação - Compromisso de São Paulo e dá providências correlatas. São Paulo, SP, 2011b.

VIEIRA, M. et al. Dinâmica da formação técnica e da ocupação de postos de trabalho em saúde: Brasil anos 2000. In: MOROSINI, M. V. G. C. et al. (Orgs.). **Trabalhadores técnicos em saúde:** aspectos da qualificação profissional no SUS. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2013. 121-146.